

## **P A R E C E R**

Nº 2811/2021<sup>1</sup>

- PG – Processo Legislativo.  
Propositura rejeitada.  
Reapresentação da propositura na  
mesma sessão legislativa.  
Impossibilidade. Comentários.

### **CONSULTA:**

Aduz a consulente, Câmara Municipal, que projeto de lei rejeitado somente poderá ser apresentado na sessão legislativa subsequente, salvo se obtiver a subscrição da maioria absoluta da Casa Legislativa (art. 67 da CF/88), conforme dispõe o art. 43 da Lei Orgânica do Município e arts. 110, VIII, e 132 do Regimento Interno, os quais estão assim vazados:

Art. 110. O Presidente da Câmara Municipal deixará de aceitar qualquer proposição, que:

[...]

VIII - tenha sido rejeitada na mesma Sessão Legislativa, salvo se vier subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 132. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito.

A Lei Orgânica do Município também possui dispositivo, constante no § 6º do seu art. 19, com a seguinte redação, e relacionado com o tema versado na presente consulta:

<sup>1</sup>PARECER SOLICITADO POR ANDRÉ DE SOUSA ROEPKE, PROCURADOR / PROCURADORIA GERAL - CÂMARA MUNICIPAL (BLUMENAU-SC)

Art. 19 A Câmara terá Comissões Legislativas Permanentes e Temporárias e de Inquérito na forma e com as atribuições e competências definidas nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno ou no ato de que resultar a sua criação.

[...]

§ 6º Se o parecer fundamentado da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, com deliberação por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, for contrário, por inconstitucionalidade ou ilegalidade "in totum", o projeto será arquivado; quando a inconstitucionalidade ou ilegalidade for parcial, o projeto poderá receber mensagem aditiva do Poder Executivo ou emenda do Vereador autor para sanar o vício. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 38/2007)

Salienta a consulente que a CCJ tem poder, consagrado expressamente na Lei Orgânica do Município, para arquivar projetos que repute em parecer fundamentado inconstitucionais de forma insanável, não chegando estes, então, à fase de deliberação plenária.

Dessa forma, a consulente faz as seguintes indagações:

1) A expressão “projeto de lei rejeitado” constante no art. 67 da CF/88, e demais dispositivos orgânicos e regimentais que o reproduzem, significa apenas rejeitado em plenário, ou também alcança projetos de lei rejeitados pela CCJ em parecer fundamentado pela inconstitucionalidade da proposição? Dito de outra forma: projeto de lei arquivado pela CCJ com base em parecer pela inconstitucionalidade integral e insanável, pode ainda assim ser reapresentado na mesma sessão legislativa?

2) E quanto a projeto de lei aprovado em plenário, que, todavia, foi vetado, e teve o veto acatado pelo plenário? Considerando que, rigorosamente falando, a última manifestação do plenário, foi pela rejeição do projeto (eis que acompanhou o veto do Executivo), correto compreender que em tal hipótese, o mesmo projeto também só poderia ser apresentado, regra geral, em outra sessão legislativa?

## RESPOSTA:

Como se sabe, as regras gerais sobre o processo legislativo da Constituição Federal (CF), constantes dos arts. 59 ao 69, são de observância obrigatória dos entes federados. A Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara Municipal adequam o trâmite do Processo Legislativo às peculiaridades locais, sempre com a devida observância das normas gerais da CF.

Por sua vez, o artigo 67 da Constituição Federal estabelece que "a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional".

Assim sendo, pela simetria das formas, não cabe à municipalidade dispor de forma diversa do que dispõe a Constituição Federal relativamente à impossibilidade de se reapresentar propositura, na mesma sessão legislativa, que tenha sido rejeitada pela Casa Legislativa, a não ser que seja proposta pela maioria absoluta dos Vereadores.

A seu turno, deve-se entender como propositura rejeitada (i) aquela em que os membros da Casa Legislativa, após a elaboração de um parecer pela comissão competente, decidam por não apreciá-la e, conseqüentemente, arquivá-la, ou (ii) que não obtenha quórum necessário para aprovação da propositura em votação plenária.

Feito este introito sobre o tema, passa-se a responder as indagações de forma objetiva.

1) Projeto de lei arquivado pela CCJ com base em parecer pela inconstitucionalidade integral e insanável é considerado rejeitado e, portanto, não pode ser reapresentado na mesma sessão legislativa.

2) Projeto de lei aprovado em plenário, ainda que tenha sido vetado pelo Prefeito e o veto acatado pelo Legislativo, percorreu todo o

trâmite procedimental, e não há que se falar em propositura rejeitada. Logo, há a possibilidade deste ser reapresentado ainda neste ano de 2021, eis que não há nenhum óbice constitucional ou legal que o impeça.

É o parecer, s.m.j.

Rafael Pereira de Sousa  
Consultor Técnico

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves  
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2021.